

## Desenvolvimento econômico, instituições e inovação: a interação entre as abordagens institucionalista e evolucionária

Economic development, institutions and innovation: The interaction between  
institutionalism and evolutionary approaches

Tomás Amaral Torezani<sup>1</sup>

Fundação de Economia e Estatística, Brasil  
Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil  
tomas\_torezani@hotmail.com

---

**Resumo.** O presente artigo apresenta uma síntese das abordagens institucionalista e evolucionária, destacando estas como arcabouços teóricos propícios para a compreensão dos processos históricos de desenvolvimento. Entende-se que o desenvolvimento econômico deve ser tratado como um fenômeno multifacetado, levando-se em consideração as especificidades locais de cada país, ou seja, seus contextos histórico, cultural, econômico, político, ambiental e social. A partir disso, efetua-se uma discussão das ideias apresentadas pelos principais autores das abordagens institucionalista e evolucionária e dos trabalhos atinentes aos referidos assuntos. Segundo essas abordagens, dois determinantes fundamentais do desenvolvimento são as mudanças institucionais e as inovações na dinâmica capitalista. Conclui-se que é necessário fazer uso das duas abordagens, conjuntamente, na análise e entendimento dos diferentes padrões de desenvolvimento econômico.

**Palavras-chave:** desenvolvimento econômico, economia institucional, economia evolucionária.

**Abstract.** This article presents an overview of the institutionalist and evolutionary approaches, highlighting those approaches as the most suitable theoretical frameworks in order to understand the historical development processes. It is understood that economic development should be treated as a multifaceted phenomenon, taking into account the local specificities of each country, i.e., their historical, cultural, economic, political, environmental and social contexts. From this standpoint, the present article proposes a discussion of the ideas presented by the main authors of the institutionalist and evolutionary approaches and the works related to such matters. According to these approaches, two major determinants of development are the institutional changes and innovations in the capitalist dynamics. We conclude that it is necessary to make use of these two approaches, together, for the analysis and understanding of different patterns of economic development.

**Keywords:** economic development, institutional economics, evolutionary economics.

---

<sup>1</sup> Pesquisador em Economia da Fundação de Economia e Estatística. Rua Duque de Caxias, 1691, Centro Histórico, 90010 283, Porto Alegre, RS, Brasil. Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Economia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

## 1 Introdução

A Ciência Econômica em sua gênese, desde Smith, Marx e Veblen, passando por Schumpeter e Marshall, preocupou-se em efetuar análises focadas nas ideias de evolução e dinâmica, aproximando-se muitas vezes de noções advindas da biologia, consubstanciando-se em um corpo teórico de caráter apreciativo. Contudo, a partir da revolução marginalista, a Economia passou a fundamentar-se em pressupostos mais rígidos, bem como a dar preferência à proposição de modelos formais para explicar os problemas econômicos<sup>2</sup>. Se, por um lado, esse processo culminou em um maior grau de formalização da ciência em construção, por outro, distanciou esta da realidade observável. Em suma, a Economia passou a ser alicerçada em uma base metodológica que não mais se relacionava às ideias de um processo evolucionário de mudança.

Assim, as teorias a partir de então desenvolvidas passaram a ser ancoradas, por exemplo, na noção de otimização, na figura de um agente representativo e na concepção do individualismo metodológico, além de não darem a devida importância a fatores imprescindíveis, tais como o papel das instituições e da mudança tecnológica. A introdução de tais pressupostos simplificadores contribuiu para tornar a teoria mais tratável em termos matemáticos; entretanto, dado implicar na abstração de aspectos fundamentais do comportamento dos indivíduos e da dinâmica das variáveis socioeconômicas, significava, também, a construção de modelos que se distanciavam demasiadamente do mundo real<sup>3</sup> e, conseqüentemente, exibiam reduzido potencial de previsão.

Em se tratando de instituições e tecnologia, houve um ressurgimento, no final da década de 1970, de programas de pesquisa alternativos ao enfoque econômico tradicional, os quais propuseram tomar esses elementos como importantes determinantes endógenos no contexto do sistema de funcionamento e desenvolvimento da dinâmica capitalista. A despeito do desenvolvimento de abordagens dentro do *mainstream economics* que buscaram incorporar as questões da mudança tecnológica e das instituições em seu arcabouço teórico<sup>4</sup>, tratando-as como variáveis endóge-

nas, as mesmas não consideram tais fatores como possíveis potencializadores de rupturas nas trajetórias de crescimento econômico de países, ou seja, ainda não fornecem um tratamento adequado e preciso a esse tema.

Nesse contexto, diversos estudos recentes vêm repensando a complexidade de trabalhar com tecnologia e instituições, tratando-as não como um bem econômico e um conjunto de regras formais, mas resgatando as proposições seminais dos autores pretéritos à revolução neoclássica, pautadas na ideia de que tais elementos vinculam-se à questão da mudança estrutural. A partir disso, o processo de desenvolvimento econômico passa a ser visto fundamentalmente como um processo de evolução técnica e institucional. Nesse sentido, as inovações tecnológicas e as instituições importam.

Desse modo, dentre as correntes teóricas existentes, defende-se, neste trabalho, que as abordagens Institucionalista e Evolucionária são as mais apropriadas para se compreender de que maneira se processa o fenômeno do desenvolvimento econômico. Em assim sendo, o presente artigo objetiva apresentar uma síntese das abordagens institucionalista e evolucionária, destacando estas como arcabouços teóricos propícios para a compreensão dos processos históricos de desenvolvimento.

Para tanto, este artigo abrange, além desta introdução, quatro seções. A seção 2 discorre sobre o conceito de instituição em um contexto evolucionário, além de apresentar uma discussão acerca do corpo de conhecimento institucionalista. Já a seção 3 trata da mudança institucional nas três abordagens institucionalistas, a saber, o Antigo Institucionalismo, o Neo-Institucionalismo e a Nova Economia Institucional. A seu turno, na seção 4, analisa-se a vertente teórica evolucionária e sua adequação ao tema institucional. A última seção, por fim, expõe breves considerações finais.

## 2 Instituições em um contexto evolucionário

Instituições são fundamentais à compreensão das diferentes trajetórias de crescimento econômico, tanto em nível macro quanto micro, vinculando estritamente o processo de crescimento ao ambiente tecnológico, às mu-

<sup>2</sup> A Economia passa a buscar inspiração na Física.

<sup>3</sup> Também em função de restrições de modelagem à época.

<sup>4</sup> Insere-se aqui, principalmente, os modelos de crescimento endógeno de Romer (1986, 1990) e Lucas (1988), entre outros.

danças estruturais, à inovatividade e ao desenho institucional que lhe sustenta (Conceição, 2008). Dos diferentes enfoques de instituições descobre-se um rico e complexo campo de pesquisa, envolvendo várias abordagens, como exemplo, os Antigos Institucionalistas, a Nova Economia Institucional e os Novos Institucionalistas, que serão os três objetos de análise da escola institucionalista neste artigo.

De acordo com Samuels (1995) e Conceição (2002b), o caráter heterogêneo da economia institucional não é sinal de patologia e nem invalida a contribuição teórica de cada abordagem institucionalista, mas, pelo contrário, as reforçam, constituindo a sua própria fonte de riqueza. As três vertentes institucionais analisadas neste trabalho permitem o entendimento de diversos pontos de confluência entre elas, apresentando um caráter abrangente e multidisciplinar, dado que exploram fundamentos de outras ciências, além da própria ciência econômica. Desse modo, apreende-se que a natureza do pensamento institucionalista é complexa, pois se vincula à noção de dinâmica e de mudança, que se manifesta em bases históricas diferenciadas.

Uma definição do conceito de instituição<sup>5</sup> é feita por Pondé (2005, p. 126), após um levantamento bibliográfico de vários desses conceitos em diferentes autores: “Instituições econômicas são regularidades de comportamento, social e historicamente construídas, que moldam e ordenam as interações entre indivíduos e grupos de indivíduos, produzindo padrões relativamente estáveis e determinados na operação do sistema econômico”.

Por instituições tratarem de fenômenos complexos e de múltiplas facetas, Pondé (2005) indica algumas ressalvas a esse conceito:

(i) a definição envolve não só as regularidades, mas também os mecanismos que as geram, sejam estas normas coercitivas, valores morais, incentivos, costumes, hábitos, estruturas cognitivas, etc. Além disso, tais mecanismos asseguram às ações sociais serem sempre parcialmente determinadas e parcialmente indeterminadas;

(ii) a noção de regra de comportamento deve ser utilizada em um sentido amplo, incluindo, também, as habilidades e capacidades tácitas que geram algum tipo de regula-

ridade na conduta dos indivíduos, embora os indivíduos em questão não estejam conscientemente seguindo tais condutas;

(iii) as instituições não influenciam apenas o comportamento de indivíduos ou grupos, já que elas também moldam suas ações e decisões ao influenciar as percepções que os agentes possuem da realidade, assim como influenciam as metas e objetivos desses indivíduos ou grupos; e

(iv) o conceito apresentado destaca o papel das instituições em gerar ordem e estabilidade nos processos sociais, contendo mecanismos de coordenação que possibilitam que uma economia funcione movida pela divisão do trabalho e cooperação, dado tornarem os comportamentos mais previsíveis, sinalizarem para os agentes os comportamentos apropriados e estabelecerem canais de interação entre eles. Entretanto, a fundamentação da funcionalidade das instituições deve ser separada da sua definição, admitindo-se que não existe algo como ‘a’ função das instituições, cuja análise exige uma discussão de casos concretos.

Para a construção de uma “teoria evolucionária das instituições”, estas não podem ser definidas apenas como organizações, leis, costumes, rotinas, hábitos, tradições ou regras do jogo. Ou seja, as instituições não podem ser tomadas apenas como mecanismos externos ao sistema econômico, de forma a colocar restrições ao livre comportamento e dar configurações às interações humanas, como entendem alguns autores da Nova Economia Institucional, ligados à teoria neoclássica (Felipe, 2006). Isso porque tal definição capta apenas um dos aspectos das instituições, o regulativo (Pondé, 2005). Dessa forma, é interessante fazer uma distinção entre três dimensões ou pilares das instituições – o regulativo, o normativo e o cognitivo – propostos por Scott (1995).

O pilar regulativo é definido por Scott (1995) como envolvendo os processos sociais pelos quais são estabelecidas regras de comportamento, efetuado o monitoramento do seu cumprimento e introduzidas sanções – na forma de recompensas e punições – de maneira a influenciar as condutas para direções determinadas, ou seja, impondo padrões pré-estabelecidos de comportamentos aceitos e esperados.

<sup>5</sup> Na próxima seção, serão apresentados os conceitos de instituição para cada abordagem institucional analisada neste artigo e de seus respectivos expoentes teóricos. Aqui, por enquanto, serão apresentadas apenas as ideias convergentes de cada uma das abordagens institucionalistas, resultando, assim, em um conceito próprio de instituição e de suas especificidades.

Assim, não cabe aos indivíduos a interferência direta nas regras, mas cumpri-las sob penas de sanções e punições. Essa dimensão das instituições pressupõe alguma forma de racionalidade nas decisões dos atores, bem como que estas últimas são orientadas para a busca do interesse próprio. Os enfoques neoclássicos que analisam as instituições como estruturas de incentivos se restringem unicamente ao pilar regulativo das instituições (Pondé, 2005).

O pilar normativo, segundo Dequech (2005), está ligado ao comportamento social enquanto senso moral de obrigações sociais. Assim, de acordo com Pondé (2005), ele está associado a regras que introduzem uma dimensão relacionada a prescrições, avaliações e obrigações na vida social e se materializa por meio de valores e normas, definidas através de um processo evolutivo e cultural do que seja preferível ou desejável, de forma que estabeleça padrões de comportamentos para o conjunto da coletividade. Desse modo, é o pilar normativo das instituições que dá significado ao comportamento coletivo, decorrendo de uma tendência dos indivíduos a agirem de acordo com o que é esperado deles, se conformando ao que é socialmente adequado na situação, por meio de indicações do que seja moralmente aceitável.

O pilar cognitivo das instituições tem seus elementos básicos nas regras que estabelecem, para os atores relevantes, a natureza da realidade e as estruturas através das quais os significados são produzidos, ou seja, nos sistemas de símbolos, representações, crenças e categorias que constroem as diferentes maneiras pelas quais os agentes percebem e interpretam o mundo natural e social, identificam e classificam suas partes constitutivas, concebem as linhas de ação possíveis e executam as atividades a estas associadas (Pondé, 2005).

É o aspecto cognitivo das instituições que se constitui na ferramenta mais capaz e eficaz de transformação das configurações institucionais formais e informais, uma vez que o fluxo de regulação, nesse caso, se dá substancialmente do indivíduo – e do grupo – em direção às instituições. A mudança institucional, enquanto aspecto regulativo e normativo, só ganha contornos eficazes se for promovida como resultado e acompanhada de mudanças nas formas de concepção da realidade, mudanças

estas que só podem acontecer pela ação do aspecto cognitivo das instituições (Felipe, 2006).

A partir da exposição dos três pilares, Scott (1995) propõe um conceito de instituição, que pode ser considerado complementar à definição proposta por Pondé (2005). Para ele, “as instituições consistem em estruturas e atividades cognitivas, normativas e regulativas que proporcionam estabilidade e sentido ao comportamento social. As instituições são transportadas por vários portadores – culturas, estruturas e rotinas – e estes operam em níveis múltiplos de jurisdição” (Scott, 1995, p. 33 in Felipe, 2006, p. 37).

Para analisar instituições em um contexto evolucionário, é imprescindível a adoção do aspecto cognitivo das mesmas, pois tal aspecto molda as percepções, a reação aos estímulos, o padrão de construção de soluções e as condutas individuais, já que seu impacto será fundamental na capacidade de interação e crucial para que se desencadeiem os processos de aprendizado, em todas as suas formas, o que afeta tanto a direção quanto o fluxo de inovações. Ou seja, considerar o pilar cognitivo como aspecto importante das instituições confere ao processo de teorização da mudança mais riqueza do que considerá-las enquanto regras do jogo, pois permite uma análise que vai além das regras de comportamento para perceber como os agentes econômicos constroem seus significados, concebem o mundo e as transformações à sua volta, como aprendem e em que direção usam o conhecimento adquirido (Felipe, 2006).

Apesar de existirem diversos conceitos para instituições, qualquer abordagem analítica que se pretenda institucionalista deve incluir *path dependency*<sup>6</sup>, reconhecer o caráter irreversivelmente diferenciado do processo de desenvolvimento econômico e pressupor que o ambiente econômico envolve disputas, antagonismos, conflitos e incerteza (Conceição, 2007).

Conforme Samuels (1995), a amplitude do “corpo de conhecimento institucionalista” pode ser observada a partir de oito proposições:

(i) ênfase na evolução social e econômica com orientação explicitamente ativa das instituições sociais. Elas não podem ser tomadas como dadas, pois são os resultados das ações humanas e mutáveis ao longo do tempo. Embora tais mudanças sejam comuns, elas

<sup>6</sup> Tal fenômeno indica que o legado do passado condiciona o futuro, o que enfatiza o caráter histórico e irreversível do sistema estudado; em outras palavras, este apresenta uma dependência de sua própria trajetória passada, isto é, a história importa.

ocorrem lentamente, tanto do ponto de vista não deliberativo (hábitos e costumes) quanto deliberativo (leis); daí a rejeição, por todas as escolas, da hipótese neoclássica do mecanismo automático de ajuste;

(ii) as instituições representam o controle social e o exercício da ação coletiva, que constituem a economia de mercado, as quais a conformam e a fazem operar. Isso evidencia a inconformidade dos institucionalistas com o individualismo autossustentado e o não intervencionismo sustentados pela teorização neoclássica;

(iii) ênfase na tecnologia como força importante na transformação do sistema econômico. A lógica da industrialização exerce influências profundas sobre a organização social, política e econômica e sobre a natureza da cultura, a qual, por sua vez, exerce profundos efeitos na adoção e na operação da tecnologia, ou seja, na dinâmica inovativa;

(iv) para os institucionalistas, o determinante último da alocação de recursos não é qualquer mecanismo abstrato de mercado, mas, sim, as instituições. Elas são as estruturas de poder, as quais estruturam os mercados e para as quais os mercados dão cumprimento;

(v) os institucionalistas não se preocupam com uma “teoria do valor” específica, na qual são focados os preços relativos das mercadorias, mas com a natureza do processo pelo qual os valores se incorporam e se projetam nas instituições, estruturas e comportamentos sociais;

(vi) ênfase no papel dual da cultura em um processo de causação cumulativa ou coevolução;

(vii) a estrutura de poder e as relações sociais geram uma estrutura marcada pela desigualdade e pela hierarquia. Isso explica a razão pela qual se afirma que as instituições tendem a ser pluralistas ou democráticas em suas orientações; e

(viii) os institucionalistas são holísticos, permitindo o recurso a outras disciplinas. Isso torna o objeto de estudo econômico, necessariamente, multidisciplinar.

Além desses oito pontos elencados, Samuels (1995) também explicita a incompatibilidade da abordagem institucionalista com o neoclassicismo:

*For the institutionalists the economic system not only comprises more than the market, it is an ongoing cultural process with elements which coevolve through complex processes of cumulative causation. Pursuit of the mechanics of price determination trivialises what the economy is all about, and excludes considerations of social control and social change and all that they entail (Samuels, 1995, p. 575).*

Dessa forma, levando em consideração os contextos histórico, cultural, econômico, político, ambiental e social como ferramentas para teorização da ciência econômica, as instituições se apresentam como ferramentas fundamentais e imprescindíveis, e tal análise converge para uma interpretação evolucionária da realidade (Scott, 2001 *in* Felipe, 2006). Assim, a escola evolucionária, mesmo não sendo uma escola institucionalista, é a que mais se aproxima desse tipo de análise, e o termo institucionalista pode ser usado sem prejudicar o termo evolucionário, pois o que os une é um corpo de conhecimento comum. Isso quer dizer que institucionalismo e evolucionismo são fenômenos impossíveis de serem compreendidos de maneira desvinculada<sup>7</sup>.

Nelson (1995, p. 81), sugerindo instituição como “resultado de um processo evolucionário”, evidencia que esta só tem sentido em um ambiente caracterizado por constantes desequilíbrios, discontinuidades e contradições, pois a enorme diversidade de elementos que se abrigam sob tal designação exige referência a uma “teoria de evolução institucional”, de forma a constituir um processo de maneira plural, já que diferentes formas de instituição evoluem de maneiras diferentes.

### 3 A mudança institucional nas diferentes vertentes institucionalistas

A economia institucional pode ser dividida em três grandes vertentes<sup>8</sup>: o Antigo Institucionalismo, o Neo-Institucionalismo e a Nova Economia Institucional. As duas primeiras são bem próximas uma da outra e utilizam conceitos semelhantes para suas análises das

<sup>7</sup> Nesse contexto, insere-se o questionamento de Veblen (1898), o qual é exatamente o título de um de seus artigos: “*Why is economics not an evolutionary science?*”. Para um maior aprofundamento sobre o tema, ver Veblen (1919, 1988) e outros trabalhos como os de Nelson (2002, 2008) e Hodgson (1992, 1993, 1998).

<sup>8</sup> Não há um consenso quanto à subdivisão do pensamento institucionalista. Neste trabalho utiliza-se a subdivisão das correntes institucionalistas proposta por Samuels, segundo a qual as correntes institucionalistas são agrupadas em três grandes *approaches*: o Antigo Institucionalismo, a Nova Economia Institucional (NEI) e o Neo-Institucionalismo. Para um entendimento sobre outras classificações existentes na literatura, ver Conceição (2007).

mudanças institucionais, além de divergirem explicitamente da teoria neoclássica. Já a Nova Economia Institucional, apesar de rejeitar alguns preceitos do *mainstream*, tem traços característicos do mesmo, apesar de estudos recentes de Douglass North estarem mudando o foco de análise dentro da vertente.

### 3.1 O Antigo Institucionalismo<sup>9</sup>

Essa vertente institucional tem como principal expoente teórico Thorstein Veblen – além de outros autores importantes, como Wesley Mitchell e John Commons –, que, com suas contribuições ao entendimento da Economia como um processo dinâmico, possibilitando diversas formas de crescimento, converge em vários aspectos com grandes nomes do pensamento econômico, como Marx, Keynes e Schumpeter. O termo “antigo” é empregado em um sentido temporal (histórico) e não indica, necessariamente, que essa escola esteja esquecida ou abandonada.

Nessa abordagem, as instituições têm um papel fundamental na evolução da sociedade, tanto as formais/objetivas – o Estado, as firmas, as organizações – quanto as informais/subjetivas – a cultura, as tradições, os costumes, a linguagem – para o entendimento das mudanças econômicas e sociais ao longo do tempo. Dito de outra forma, os antigos institucionalistas criticavam o caráter abstrato e a-histórico das análises econômicas do período vigente, reivindicando a dimensão histórica dos fenômenos econômicos e sociais. Além disso, propuseram focar as instituições e sua evolução como unidade de análise, em substituição aos indivíduos na centralidade analítica.

O que define e realça a importância dessa vertente teórica é sua crítica ao *mainstream* econômico, consubstanciada primordialmente pela negação de pensar a economia em torno da noção de equilíbrio. Dessa maneira, tais institucionalistas reiteram a importância do processo de mudança e transformação na análise econômica.

Segundo Conceição (2002a), a abordagem de Veblen apresenta três pontos centrais: o primeiro refere-se à inadequação da teoria neoclássica em tratar as inovações, supondo-as dadas, e, portanto, desconsiderando as con-

dições de sua implantação; o segundo é sua preocupação, não com o equilíbrio estável, mas em como se dá a mudança e o consequente crescimento; o terceiro é a ênfase dada ao processo de evolução econômica e de transformação tecnológica. Nesse sentido, o conceito de instituição pode ser definido como sendo resultado de uma situação presente, que molda o futuro através de um processo seletivo e coercitivo, orientado pela forma como os homens veem as coisas, o que altera ou fortalece seus pontos de vista<sup>10</sup>:

*O que Veblen estava buscando era precisamente uma teoria de como as inovações acontecem, e não uma teoria que medita em torno das condições de equilíbrio depois das possibilidades tecnológicas estarem estabelecidas. ‘A questão’, escreveu Veblen (1934, p. 8), ‘não é como as coisas se estabilizam em um ‘estado estático’, mas como elas incessantemente crescem e mudam’. Veblen explorou tanto o processo de evolução econômica, quanto a transformação tecnológica, e a maneira como a ação é moldada pelas circunstâncias. Ele rejeitou continuamente o cálculo, o ajustamento marginal da teoria neoclássica para, ao invés disso, enfatizar a inércia e os hábitos. ‘A situação de hoje define as instituições de amanhã através de um processo seletivo, coercitivo, agindo sobre a habitual visão das coisas dos homens, e, assim, alterando ou fortalecendo um ponto de vista ou uma atitude mental trazida do passado’ (Veblen, 1899, p. 190-191) (Conceição, 2002a, p. 89).*

As instituições, assim, podem ser entendidas como um conjunto de normas, regras, valores, hábitos e suas evoluções. Segundo o próprio Veblen (1988, p. 87), “as instituições são o resultado de um processo seletivo e adaptativo que modela os tipos prevalentes, ou dominantes, de atitudes e aptidões espirituais; são, ao mesmo tempo, métodos especiais de vida e de relações humanas, e constituem fatores eficientes de seleção”. Esses conceitos evidenciam um forte vínculo das especificidades históricas com a abordagem evolucionária.

Esse processo de seleção, ou coerção institucional, não implica que as instituições são rígidas ou imutáveis. Pelo contrário, as instituições mudam e, mesmo através de mudanças graduais, podem pressionar o sistema, por meio de explosões, conflitos e crises, levando a mudanças de atitudes e ações. Mesmo que

<sup>9</sup> Abordagem também conhecida como ‘Institucionalismo Original’ e ‘Institucionalismo Norte-Americano’.

<sup>10</sup> Veblen entende a evolução da história como um processo absurdista, opaco, como uma trajetória cega, isto é, um processo não teleológico. Em outras palavras, o processo de mudança não levaria necessariamente a uma situação melhor que a anterior, mas, apenas, diferente. É nesse contexto que Veblen admite a possibilidade de surgir “*imbecile institutions*”.

existam por longos períodos, as instituições estão igualmente sujeitas a súbitas rupturas e consequentes mudanças nas maneiras de pensar e nas ações, que são cumulativamente reforçadas (Conceição, 2002a, 2002b).

É notória a influência, sobre o ponto de vista metodológico, da teoria da evolução das espécies de Charles Darwin, que marcou profundamente os escritos de Veblen. Da teoria darwiniana, foram extraídos termos como mutação, evolução e adaptação para a explicação de fenômenos socioeconômicos. As maiores contribuições do esquema darwinista para a economia “institucional-evolucionária” desenvolvida por Veblen são o compromisso com explicações em termos de mudança (causação cumulativa) e a consideração das instituições e dos hábitos de pensamento, por causa de sua relativa durabilidade, como equivalentes aos genes da biologia, sendo, assim, unidades no processo de seleção.

A mudança é vista, então, como um processo no qual o princípio de seleção natural é aplicado em relação aos hábitos de pensamento dominantes, ou seja, as instituições e a resistência à mudança dos hábitos e das instituições são explicadas como uma característica genética da sociedade<sup>11</sup>.

Apesar de valiosos *insights* e de proporcionar uma nova visão sobre a ciência econômica, a vertente institucional, aproximada da heterodoxia, ficou relegada por mais de 40 anos. Somente nas décadas de 1960 e 1970 é que surge um novo interesse nos pensamentos dos antigos institucionalistas, através da escola que se convencionou chamar de Neo-Institucionalista.

### 3.2 O Neo-Institucionalismo<sup>12</sup>

A abordagem neo-institucionalista tem como expoentes teóricos Geoffrey M. Hodgson, Warren J. Samuels, Malcolm Rutherford e John K. Galbraith. O Neo-Institucionalismo vem propiciando avanços teóricos, empíricos, conceituais e paradigmáticos no campo institucionalista. Grande parte dos trabalhos foi publicada no *Journal of Economic Issues*, através da *Association for Evolutionary Economics*

(*AFEE*). Esses estudos abrangem os campos da teoria geral institucionalista, história do pensamento econômico, desenvolvimento econômico, sistemas econômicos comparados, economia do trabalho, organização industrial, finanças públicas, direito e economia, ciência do comportamento, filosofia, feminismo, etc. (Conceição, 2007).

Essa vertente institucional resgata a importância dos conceitos e ideias dos antigos institucionalistas e se alimenta do crescente vigor teórico da tradição evolucionária, ou seja, reafirma a importância de se resgatar a natureza dinâmica evolucionária da economia. Dessa forma, o conceito de instituição é entendido como o conjunto de normas, hábitos, valores e regras, e sua evolução. Os neo-institucionalistas agregaram maior consistência teórica em relação aos antigos institucionalistas – o que era uma crítica a esta abordagem –, apesar de isso ainda não apresentar grandes avanços no sentido da constituição de um corpo teórico próprio. A definição de instituição proposta por Hodgson (2003) mostra tal preocupação no que tange uma melhor consistência teórica:

*Institutions are durable systems of established and embedded social rules that structure social interactions. Language, money, systems of weights and measures, table manners, firms (and other organizations) are all institutions. In part, the durability of institutions stem from the fact that they can usefully create stable expectations of the behavior of others. Generally institutions enable ordered thought, expectation and action, by imposing form and consistency on human activities. They depend upon the thoughts and activities of individuals but are not reducible to them (Hodgson, 2003, p. 163).*

A escola neo-institucionalista, assim como os antigos institucionalistas, é marcada por lançar críticas ao pensamento *mainstream* e construir uma alternativa a este. Os neo-institucionalistas criticam a teoria neoclássica em seu aspecto metodológico, ou seja, o individualismo metodológico hedonista. Para eles, os agentes econômicos são interdependentes cultural e socialmente, caracterizando, assim,

<sup>11</sup> Apesar de a teoria de mudança institucional de Veblen basear-se nos princípios darwinistas, ao longo de sua obra, ele se mostra mais próximo da hipótese da herança das características adquiridas, aproximando sua teoria ao lamarckismo. Para tanto, ver Monastério (1998).

<sup>12</sup> Existe uma discussão quanto à classificação do Neo-Institucionalismo como uma abordagem institucionalista própria. Isso porque tal vertente reivindica sua filiação ao Antigo Institucionalismo norte-americano, por tratar de questões levantadas por autores como Veblen, Commons e Mitchell, além de também possuir uma grande proximidade com a teoria evolucionária, que tem no trabalho de Nelson e Winter (1982) sua obra precursora.

uma metodologia coletivista, holista<sup>13</sup>. Outra crítica aos neoclássicos é quando dizem que o mercado é o autorregulador da economia, que aloca os recursos do sistema econômico de forma ótima paretiana. Para os neo-institucionalistas, são as instituições que desempenham esse papel de alocação, cabendo ao Estado dar suporte a elas.

Duas outras características da abordagem neo-institucionalista são sua multidisiplinaridade e o conceito de *path dependence*. Enquanto o caráter multidisciplinar indica a importância que se dá ao desenvolvimento de conhecimentos em áreas afins, como psicologia, antropologia, sociologia e filosofia, o conceito de *path dependence* indica que a história é importante para o entendimento da evolução econômica, já que a economia é marcada por incertezas, conflitos e antagonismos sociais.

Conceição (2002a, 2002b) afirma que os pressupostos que definem o conteúdo da abordagem neo-institucionalista se baseiam em quatro eixos: (i) a economia é vista como um processo contínuo, que se opõe às hipóteses da economia ortodoxa, à medida que a “economia positiva” não está relacionada a tempo, lugar e circunstâncias; (ii) as interações entre instituições, tecnologia e valores são fundamentais e podem determinar as trajetórias de desenvolvimento econômico; (iii) a análise econômica ortodoxa é rejeitada, por ser demasiadamente dedutiva, estática e abstrata, constituindo-se mais em celebração das instituições econômicas dominantes do que em uma procura pela verdade e justiça social; e (iv) enfatiza trabalhos empíricos e teóricos de outras disciplinas, o que lhe confere um caráter multidisciplinar, ou seja, reconhece a importância de interesses e conflitos, a mudança tecnológica e a inexistência de uma constante aplicável à vontade humana.

### 3.3 A Nova Economia Institucional

Desde meados dos anos 1960, cresceu o interesse no meio acadêmico de estudos na área de organização e operação das empresas, formação de sistemas de mercados e divisão de atividades entre corporações e mercados, que ficou conhecida como a Nova Economia Institucional (NEI). Os principais autores da NEI são Ronald Coase (1937), Oliver Williamson (1975, 1985, 2000) e Douglass North (1989,

1990, 2005), sendo o primeiro considerado o precursor dessa vertente teórica, cujo marco de referência é seu trabalho seminal de 1937 *The Nature of the Firm*.

A NEI está pautada em dois conceitos básicos, o de *performance* econômica e o de instituições, sendo que as instituições determinam a *performance* econômica e esta determina as instituições. A NEI preocupa-se com aspectos microeconômicos ao enfatizar a teoria da firma em uma abordagem não convencional. Os estudos dessa abordagem institucionalista pretendem, então, superar a teoria microeconômica convencional, centrando sua análise nas transações.

Ao contrário da abordagem de Veblen e dos neo-institucionalistas, a NEI mostra uma forte complementaridade entre sua concepção de institucionalismo e os supostos do *mainstream*. Contudo, os avanços teóricos obtidos pela NEI constituem um campo fértil com amplas e promissoras aplicações no âmbito da teoria da firma e das organizações. A ênfase em aspectos microeconômicos é destaque em suas análises; porém, as noções de mercados e hierarquias sofrem profunda redefinição relativamente à abordagem neoclássica tradicional (Conceição, 2002a, 2002b, 2007).

Segundo North (1990), instituições são:

*[...] the rules of the game in a society or, more formally, are the humanly devised constraints that shape human interaction. In consequence they structure incentives in human exchange, whether political, social or economic. Institutional change shapes the way societies evolve through time and hence is the key to understanding historical change (North, 1990, p. 3).*

O autor procura demonstrar como o desenvolvimento em longo prazo, ou a evolução histórica de uma sociedade, é condicionado pela formação e evolução de suas instituições (dinâmica institucional). O mercado acarreta custos na economia, e a diminuição de tais custos decorre da existência de instituições. Dessa forma, o processo de desenvolvimento econômico é o resultado de uma determinada evolução institucional que amplie a eficiência dos mercados e reduza os custos de transação. As inovações institucionais orientadas segundo as necessidades de proteção, garantias e informação dos mercados constituem, a seu

<sup>13</sup> Para um aprofundamento do debate acerca das limitações do individualismo metodológico e da importância dos mecanismos de *recessive downward causation* e propriedades emergentes, ver Hodgson (2002, 2003, 2006).

ver, o processo essencial do desenvolvimento econômico (North, 1990).

Nesses termos, as instituições emergem quando existem custos de transação. Elas são mecanismos de ação coletiva, com a finalidade de dar ordem aos conflitos e aumentar a eficiência da economia. Os custos de transação podem ser entendidos como os custos que os agentes enfrentam quando recorrem ao mercado para adquirir equipamentos, insumos ou serviços ou quando estabelecem uma interface com outro agente. Com isso, a Economia do Custo de Transação trata a firma enquanto uma estrutura de governança alternativa ao mercado com o objetivo de reduzir os custos de transação. Se os custos de transação são maiores no mercado, a firma realiza internamente a operação, e quando os custos de transação são maiores na firma, ela compra no mercado.

A estrutura teórica da NEI pode ser entendida a partir de três hipóteses:

(i) os custos associados às transações definem diferentes formas organizacionais e, portanto, diferentes formas institucionais. Para a NEI, a busca de maior eficiência produtiva e alocativa influenciam diretamente os padrões de conduta dos agentes e a forma pela qual as atividades econômicas são organizadas e coordenadas. O desenvolvimento de instituições eficientes permite reduzir os custos de transação e definir o ambiente institucional; os agentes econômicos, então, buscam reduzir seus custos de transação, definindo distintos modelos institucionais que orientam os processos de decisões das empresas em um meio marcado pela racionalidade limitada, pelo oportunismo e pela incerteza (Felipe, 2006);

(ii) a tecnologia, embora tenha um papel fundamental na organização da empresa e do sistema econômico, não é fator determinante. Em um contexto marcado pela assimetria de informações, a forma de capacitação inovativa é buscar informações relevantes e lhe dar novos tratamentos, de forma que diferencie o inovador dos demais concorrentes. Se a aquisição de informações significa uma transação econômica sujeita a oportunismos, racionalidade limitada e falhas de mercado, é natural que a ênfase da NEI seja sobre essa transação e sobre os custos nela envolvidos, e não sobre a tecnologia propriamente dita (Felipe, 2006);

(iii) a identificação das falhas de mercado é crucial para a análise das instituições e sua evolução. O conceito de custos de transação está intimamente associado à racionalidade

limitada e ao oportunismo, ambos inerentes à organização econômica. Como consequência, surgem as falhas de mercado, que complexificam a análise econômica e justificam a própria existência da NEI. Portanto, a ênfase nos aspectos internos da firma, as noções de “mercados” e “hierarquias”, juntamente com a presença de falhas de mercado, constituem o campo da análise dessa vertente. Ao centrar sua análise na racionalidade limitada, aliada ao oportunismo e às falhas de mercado, fica explicitado que estas últimas não são produto da incerteza, mas, sim, da reunião dos dois primeiros (Conceição, 2002a).

Uma das ramificações da NEI é o estudo das macroinstituições, do surgimento e da evolução destas, que influenciam diretamente a trajetória de crescimento e desenvolvimento de países e sistemas econômicos em geral. Essa vertente tem como principal expoente Douglass North (1989, 1990, 2005), que busca entender de que forma as instituições de um país afetam seu desempenho econômico no longo prazo e identificar aquelas que são mais propícias ao desenvolvimento econômico, mostrando por que, em alguns países, as instituições mais adequadas não são adotadas (Bueno, 2004).

Embora o principal papel das instituições, para a NEI, seja o de reduzir as incertezas existentes no ambiente e no sistema, criando estruturas estáveis que regulem a interação entre os indivíduos, elas não podem ser garantia de progresso, além de não significar que a estrutura institucional seja eficiente. Isso porque as diferentes *performances* e os diferentes padrões de desenvolvimento dos países são caracterizados e explicados nos processos de evolução de suas instituições. Assim, alguns determinados arranjos institucionais em determinados países conduzem a desempenhos favoráveis, enquanto outros não, ou seja, a classificação dos países em relação aos seus processos de desenvolvimento pode ser feita com base na matriz institucional de cada país.

No âmbito da NEI, a vertente liderada por Douglass North visa dar explicações para a mudança institucional, concentrando-se ao nível do ambiente institucional. As explicações de North para a mudança institucional e do ambiente institucional enfatizam sua natureza e os fatores que a induzem. Isso difere do objeto de análise de outra vertente da NEI, liderada por Coase e Williamson, que visa estudar as estruturas de governança e entender como se formam e se modificam tais estruturas para determinadas transações: hierarquias x mercado.

A explicação dada por North possui algumas semelhanças com a explicação referente à mudança tecnológica, uma vez que ela enfatiza a dimensão tempo (*path dependence*) e visa contribuir para a teoria econômica fornecendo um arcabouço analítico capaz de entender a mudança econômica.

*Technological change and institutional change are the basic keys to societal and economic evolution and both exhibit the characteristics of path dependence. Can a single model account for both technological and institutional change? They do have much in common. Increasing returns is an essential ingredient to both (North, 1990, p. 103).*

A mudança institucional, então, para North (1990), tem caráter incremental, o que enfatiza o papel *path dependence* da matriz institucional e tem implicações essenciais para o entendimento das diferenças de desenvolvimento econômico entre economias. A definição dos direitos de propriedade possui papel importante no estudo da história econômica e, pela ação do *path dependence* no desenvolvimento das instituições, nada garante que a matriz institucional de determinada sociedade evoluirá sempre à maior eficiência. Para o autor, as instituições são essencialmente sistemas de incentivos em qualquer tipo de troca, e é como sistemas de incentivos que as instituições se relacionam com os direitos de propriedade; quanto mais bem definidos e mais garantidos os direitos de propriedade, mais eficientes serão as instituições como sistemas de incentivos ao desenvolvimento econômico.

Dessa maneira, o desenvolvimento econômico é visto como um sinônimo da configuração das instituições que lhe dão sustentabilidade, dado que as inovações, no sentido neo-schumpeteriano, provêm de determinados arranjos institucionais. Assim, é notória a importância das abordagens institucionalista juntamente com a análise evolucionária da mudança técnica, para a compreensão do processo de desenvolvimento.

#### 4 A escola Evolucionária Neo-Schumpeteriana

A escola Evolucionária (Neo-Schumpeteriana) se caracteriza pela construção de um corpo

de conhecimento que enfatiza a natureza endógena do processo inovativo como sendo capaz de interferir significativamente na evolução, não somente das firmas, mas também de mercados, de regiões e nações. Isso significa que a inovação é o motor das mudanças estruturais econômicas, ou seja, elas são o determinante fundamental do processo dinâmico da economia. Esse enfoque vem sendo desenvolvido com grande eficácia ao longo das últimas três décadas, a partir de trabalhos pioneiros, como os de R. Nelson, S. Winter, G. Dosi, C. Freeman, C. Perez e J.S. Metcalfe, entre outros, que fazem uma releitura das contribuições e análises seminais de Joseph A. Schumpeter.

Os evolucionários não têm nas instituições o papel central de análise, mas sua importância é fundamental para a compreensão do processo de desenvolvimento econômico. Eles explicam que o desenvolvimento e a evolução das instituições é condição necessária para o crescimento econômico. As tecnologias evoluem, fazendo com que somente as firmas mais aptas ao novo ambiente institucional sobrevivam. Por isso que a inter-relação entre desenvolvimento, crescimento, inovação tecnológica e aparato institucional não pode ser compreendida isoladamente<sup>14</sup>. Além disso, a análise institucional pelos evolucionários é incorporada dentro de um arcabouço evolucionista que destaca os movimentos de mudança estrutural de um sistema econômico marcado pela presença de complexidade e de constantes desequilíbrios.

Se, para os evolucionários, as instituições, de um lado, não se constituem em unidade central de análise – como o fazem as abordagens institucionalistas –, de outro, são elementos indissociáveis do processo dinâmico de crescimento e mudança tecnológica. É tal vinculação que permite a conformação de uma “trajetória natural”, à la Nelson e Winter, ou “paradigma tecnológico”, à la Dosi, ou, ainda, “paradigma techno-econômico”, à la Freeman e Perez. A forma de evolução das instituições, que estão enraizadas (*embedded*) no processo dinâmico das inovações, influencia a natureza e a organização das firmas, explicitando o caráter histórico (*path dependence*) e diferenciado dos vários padrões de desenvolvimento (Conceição, 2007).

O pensamento evolucionário munuiu o institucionalismo de poderoso instrumental teó-

<sup>14</sup> Para um maior entendimento sobre o tema, sobretudo no que se refere ao conceito de “tecnologia social”, ver Nelson e Sampat (2001) e Nelson (2002, 2008).

rico e analítico à compreensão do complexo processo de mudança tecnológica. Para Nelson (1995), a importância do processo de mudança tecnológica e institucional exige uma forma de teorização diferente da realizada pela abordagem tradicional. Daí a sugestão em definir instituição como “resultado de um processo evolucionário”, produto de adaptações ao longo do tempo, ganhando diferentes características em momentos e regiões diferenciadas, em que os contextos social, econômico, tecnológico e institucional são levados em consideração para a explicação das possíveis trajetórias de um sistema econômico.

A adoção de um “conceito evolucionário” de instituições é que permite o avanço em termos teóricos para a compreensão de como elementos cognitivos fazem com que os agentes escolham, por exemplo, um comportamento marcado pela busca ativa de capacitação inovativa ou passiva, marcada fundamentalmente por rotinas de adaptação (Grassi, 2005). Analisar as transformações econômicas em uma perspectiva evolucionária, que privilegie as instituições em seus aspectos regulativo, normativo e cognitivo, pode contribuir para o entendimento mais abalizado da capacitação inovativa e criativa dos agentes econômicos.

De acordo com Tigre (1998), o desenvolvimento da firma e sua capacidade de responder a mudanças dependem, segundo os evolucionistas, de quatro fatores fundamentais:

(i) aprendizagem e rotina – a aprendizagem é cumulativa e coletiva (no âmbito da firma) e depende fundamentalmente de rotinas organizacionais codificadas ou tácitas, pois estas constituem o fator determinante do comportamento das firmas;

(ii) *path dependency* – a evolução da firma não é necessariamente lenta e gradual, mas tampouco é aleatória; ela evolui em um sentido determinado pelas competências acumuladas e pela natureza de seus ativos específicos. A história importa porque a firma só acumula com base nos conhecimentos adquiridos anteriormente, e não se desvia de sua trajetória de forma bem-sucedida a não ser por mudanças na conjuntura econômica ou na natureza da tecnologia;

(iii) ambiente e seleção – os evolucionistas propõem o princípio da pluralidade de ambientes de seleção para explicar a existência de trajetórias tecnológicas diferentes e a grande variedade de estruturas de mercado e de características institucionais dos ambientes nos quais as firmas evoluem. Tecnologias e estruturas de mercado são consideradas idios-

sincráticas ao tipo de indústria e à natureza dinâmica das configurações particulares que condicionam o processo competitivo; e

(iv) competência central (*core competence*) – a competitividade de uma empresa em uma atividade particular é definida como um conjunto de competências tecnológicas diferenciadas, de ativos complementares e de rotinas. Tal competência é geralmente tácita e não transferível, conferindo à firma um caráter único e diferenciado. A evolução da firma depende da transformação das competências secundárias centrais, à medida que surgem oportunidades tecnológicas.

A interação dinâmica entre o processo de busca das firmas e o processo de seleção efetuada pelo mercado é essencial para uma teoria da dinâmica da concorrência na perspectiva evolucionária, pela ocorrência de constantes desequilíbrios, à medida que sua interação capta as trajetórias dinâmicas irreversíveis que ocorrem ao longo do tempo e explicam o processo de mudanças tecnológicas endogenamente, definindo as estruturas vigentes na economia. Disso desprende-se que a dinâmica dos processos evolutivos é composta por mecanismos responsáveis pela emergência de inovações. Na medida em que os arranjos institucionais moldam as condutas individuais e sua interação, eles afetam tanto a direção e o ritmo do fluxo de inovações quanto a intensidade da seleção, do aprendizado e da imitação, demarcando os caminhos evolutivos mais prováveis a serem percorridos. Nesse aspecto, a capacidade da firma forma-se sob *path dependencies*, em que a história importa na constituição desta, pois a trajetória percorrida ao longo do tempo condiciona seus processos decisórios (Pondé, 1993; Ferrari, 2006; Arend *et al.*, 2012).

Dessa forma, a escola evolucionária abre novas oportunidades para a análise do desempenho econômico e de seus consequentes desequilíbrios. Contudo, essa abordagem deve ser apreciada a partir de um processo dinâmico, instável e diversificado, sendo que atribui papel imprescindível às instituições, ou seja, mesmo não sendo uma abordagem dita institucionalista, seu marco teórico fundamenta-se fortemente nas instituições, pois elas podem definir padrões e trajetórias de desenvolvimento econômico distintos.

## 5 Considerações finais

De acordo com Conceição (2002a), uma análise institucionalista de uma determinada

realidade deve, fundamentalmente, levar em conta a relação do país, região ou local com o paradigma tecnológico em vigor ou em formação; deve conter alguma reflexão sobre o padrão organizacional das firmas existentes (hierarquizado ou não); deve conter elementos que descrevam os custos de transação vigentes (que influem na estrutura de governança das firmas); e deve contemplar alguma descrição das formas institucionais vigentes.

Conforme discutido no corpo deste trabalho, a abordagem Institucionalista converge com a abordagem Evolucionária em vários sentidos. Apesar de os evolucionários não terem as instituições como peça central na dinâmica econômica, elas são imprescindíveis para o processo de capacitação inovativa das firmas. O processo de desenvolvimento (marcado pelas raízes históricas e estruturais que lhe são específicos) é dependente do ambiente tecnológico, das mudanças estruturais, da inovatividade e do desenho institucional de cada localidade, região ou país – dependendo do grau de evolução destes, pode-se entender as distintas trajetórias de crescimento e desenvolvimento econômicos.

O processo de desenvolvimento econômico implica a existência de instituições, que surgem ou desaparecem em um contexto de mudanças. Assim, há uma vinculação entre crescimento, desenvolvimento e mudança, cuja mediação é feita pelo ambiente institucional. Em períodos de mudanças de trajetórias ou *performances* econômicas ocorrem reformulações no aparato tecnológico, econômico, social, organizacional e institucional, tornando indissociáveis as transformações econômicas e tecnológicas da mudança institucional. Isso também define o caráter diferenciado e histórico dos vários padrões de desenvolvimento (Conceição, 2002a).

Desse modo, é importante ver a mudança institucional das abordagens institucionalistas vinculada à abordagem evolucionária da mudança técnica para o entendimento do processo de desenvolvimento econômico, isto é, a confluência das duas abordagens é condição necessária para se entender adequadamente o porquê de existir distintas trajetórias de desenvolvimento econômico.

## Referências

- AREND, M.; CÁRIO, S.A.F.; ENDERLE, R.A. 2012. Instituições, Inovações e Desenvolvimento Econômico. *Pesquisa & Debate*, 23(1):110-133.
- BUENO, N.P. 2004. Lógica da ação coletiva, instituições e crescimento econômico: uma resenha temática sobre a Nova Economia Institucional. *Economia*, 2(5):361-420.
- COASE, R.H. 1937. The nature of the firm. *Economica*, 4(16):386-405.  
<http://dx.doi.org/10.1111/j.1468-0335.1937.tb00002.x>
- CONCEIÇÃO, O.A.C. 2002a. *Instituições, Crescimento e Mudança na Ótica Institucionalista*. Porto Alegre, Teses FEE n. 1, 228 p.
- CONCEIÇÃO, O.A.C. 2002b. O conceito de instituição nas modernas abordagens institucionalistas. *Revista de Economia Contemporânea*, 6(2):119-146.
- CONCEIÇÃO, O.A.C. 2007. Além da transação: uma comparação do pensamento dos institucionalistas com os evolucionários e pós-keynesianos. *Economia*, 7(3):621-642.
- CONCEIÇÃO, O.A.C. 2008. A dimensão institucional do processo de crescimento econômico: inovações e mudanças institucionais, rotinas e tecnologia social. *Economia & Sociedade*, 17(1):85-105.  
<http://dx.doi.org/10.1590/s0104-06182008000100004>
- DEQUECH, D. 2005. Institutions: a concept for a theory of conformity and innovation. *Journal of Economic Issues*, 39(2):465-473.
- FELIPE, E.S. 2006. *Instituições e mudanças institucionais numa ótica evolucionária: uma abordagem a partir dos conceitos e da metodologia neo-schumpeteriana*. Vitória, ES. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal do Espírito Santo, 143 p.
- FERRARI, M.A.R. 2006. A economia evolucionária/neoschumpeteriana e o novo institucionalismo: em busca de explicações para a mudança tecnológica e institucional. In: Encontro Nacional de Economia Política, XI, Vitória, 2006. *Anais...* p. 1-25.
- GRASSI, R.A. 2005. Concorrência schumpeteriana e capacitações dinâmicas: explicitando elos teóricos. *Revista Brasileira de Economia de Empresas*, 5(1):29-46.
- HODGSON, G.M. 1992. Thorstein Veblen and post-Darwinian economics. *Cambridge Journal of Economics*, 16(3):285-301.  
<http://dx.doi.org/10.1093/oxfordjournals.cje.a013726>
- HODGSON, G.M. 1998. On the evolution of Thorstein Veblen's evolutionary economics. *Cambridge Journal of Economics*, 22:415-431.
- HODGSON, G.M. 1993. *Economics and evolution: bringing life back into economics*. Ann Arbor, University of Michigan Press, 381 p.
- HODGSON, G.M. 2002. Reconstitutive downward causation: social structure and the development of individual agency. In: E. FULBROOK (ed.), *Intersubjectivity in Economics: agents and structures*. London, Routledge, p. 159-180.
- HODGSON, G.M. 2003. The hidden persuaders: institutions and choice in economic theory. *Cambridge Journal of Economics*, 27(2):159-175.  
<http://dx.doi.org/10.1093/cje/27.2.159>
- HODGSON, G.M. 2006. What Are Institutions? *Journal of Economic Issues*, 40(1):1-25.  
<http://dx.doi.org/10.4337/9781781007563.00016>
- LUCAS, R.E. 1988. On the mechanisms of economic development. *Journal of Monetary Economics*, 22(1):3-42.  
[http://dx.doi.org/10.1016/0304-3932\(88\)90168-7](http://dx.doi.org/10.1016/0304-3932(88)90168-7)

- MONASTÉRIO, L.M. 1998. *Guia para Veblen: um estudo acerca da Economia Evolucionária*. Pelotas, EDUFPEL, 128 p.
- NELSON, R.R. 1995. Recent evolutionary theorizing about economic change. *Journal of Economic Literature*, **33**(1):48-90.
- NELSON, R.R. 2002. Bringing institutions into evolutionary growth theory. *Journal of Evolutionary Economics*, **12**(1-2):17-28.  
<http://dx.doi.org/10.1007/s00191-002-0108-x>
- NELSON, R.R. 2008. What enables rapid economic progress: what are the needed institutions? *Research Policy*, **37**(1):1-11.  
<http://dx.doi.org/10.1016/j.respol.2007.10.008>
- NELSON, R.R.; SAMPAT, B.N. 2001. Making sense of institutions as a factor shaping economic performance. *Journal of Economic Behavior & Organization*, **44**(1):31-54.  
[http://dx.doi.org/10.1016/S0167-2681\(00\)00152-9](http://dx.doi.org/10.1016/S0167-2681(00)00152-9)
- NELSON, R.; WINTER, S.G. 1982. *An evolutionary theory of economic change*. Cambridge, Harvard University Press, 437 p.
- NORTH, D.C. 1989. Institutions and economic growth: a historical introduction. *World Development*, **17**(9):1319-1332.  
[http://dx.doi.org/10.1016/0305-750X\(89\)90075-2](http://dx.doi.org/10.1016/0305-750X(89)90075-2)
- NORTH, D.C. 1990. *Institutions, institutional change and economic performance*. Cambridge, Cambridge University Press, 152 p.  
<http://dx.doi.org/10.1017/CBO9780511808678>
- NORTH, D.C. 2005. *Understanding the process of economic change*. Princeton, Princeton University Press, 187 p.  
<http://dx.doi.org/10.1515/9781400829484>
- PONDÉ, J.L.S.P.S. 1993. *Coordenação e Aprendizado: elementos para uma teoria das inovações institucionais nas firmas e nos mercados*. Campinas, SP. Dissertação de Mestrado. Universidade Estadual de Campinas, 152 p.
- PONDÉ, J.L.S.P.S. 2005. Instituições e mudança institucional: uma abordagem schumpeteriana. *Economia*, **6**(1):119-160.
- ROMER, P.M. 1986. Increasing returns and long-run growth. *Journal of Political Economy*, **94**(5):1002-1037. <http://dx.doi.org/10.1086/261420>
- ROMER, P.M. 1990. Endogenous technological change. *Journal of Political Economy*, **98**(5):71-102.  
<http://dx.doi.org/10.1086/261725>
- SAMUELS, W.J. 1995. The present state of institutional economics. *Cambridge Journal of Economics*, **19**(4):569-590.
- SCOTT, W.R. 1995. *Institutions and organizations*. Thousand Oaks, Sage, 178 p.
- SCOTT, W.R. 2001. *Economic activity and institutions*. [Mimeo].
- TIGRE, P.B. 1998. Inovação e teorias da firma em três paradigmas. *Revista de Economia Contemporânea*, **2**(1):67-111.
- VEBLEN, T.B. 1898. Why is economics not an evolutionary science? *The Quarterly Journal of Economics*, **12**(4):373-397.  
<http://dx.doi.org/10.2307/1882952>
- VEBLEN, T.B. 1919. *The place of science in modern civilization and other essays*. New York, B.W. Huebsch, 509 p.
- VEBLEN, T.B. 1988. *A teoria da classe ociosa: um estudo econômico das instituições*. 3ª ed., São Paulo, Nova Cultural, 181 p.
- WILLIAMSON, O.E. 1975. *Markets and hierarchies: analysis and antitrust implications*. New York, Free Press, 286 p.
- WILLIAMSON, O.E. 1985. *The economic institutions of capitalism: firms, markets, relational contracting*. New York, Free Press, 450 p.
- WILLIAMSON, O.E. 2000. The new institutional economics: taking stock, looking ahead. *Journal of Economic Literature*, **38**(3):595-613.  
<http://dx.doi.org/10.1257/jel.38.3.595>

Submetido: 25/06/2014

Aceito: 20/10/2014